

Negócios
& FINANÇAS

Economia - Brasil

Pacote fiscal sai em novembro

■ Governo vai fechar uma dezena de empresas, privatizar outras e acelerar as reformas administrativa e da Previdência Social

CLAUDIA SAFATLE

Enviada especial

WASHINGTON — O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, anunciou, ontem, o pacote fiscal que o governo editará, em novembro, e que representará um corte de até R\$ 2,5 bilhões nas despesas públicas no ano que vem. A uma plateia de investidores nacionais e estrangeiros, Kandir citou as seguintes providências: fechamento de dezenas de empresas e órgãos públicos, com economia anual de R\$ 1 bilhão nos gastos com pessoal e outros custeios; mais R\$ 1 bilhão em corte de benefícios do servidor público (como hora-extra, gratificação por substituição de função, entre outros).

Kandir mencionou ainda a adoção, neste ano, do programa de demissões voluntárias, para o qual o governo estima adesão de uns 40 mil funcionários; além de uma "ampla revisão do cálculo de benefícios previdenciários concedidos no setor público e privado", a partir de ampla auditoria. Na área da seguridade social haverá, ainda, outras medidas por legislação ordinária, para alterar o cálculo de benefícios proporcionais ao tempo de serviço e mudar os que dependem de perícia médica.

Essas medidas, associadas ao programa de ajuste das finanças dos estados e o destino que será dado aos bancos estaduais, já definidos em medidas provisórias recém-editadas, compõem o que o ministro do Planejamento chama de "ataque imediato" ao déficit público, para garantir que o resultado operacional do ano que vem será melhor do que o déficit previsto para este ano, de até 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Congresso — Ao mesmo tempo que corta gastos e avança no programa de privatização — Kandir estima que obterá receitas de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões com a privatização em 1997 — o governo também retomará, ainda em outubro, a ofensiva no Congresso para a aprovação das reformas constitucionais da Previdência Social e Administrativa. On-



Pedro Malan, ministro da Fazenda, diz, em Washington, que privatizações ajudarão o governo a reduzir os gastos e a combater o déficit público

tem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, informou que, na próxima semana, o governo iniciará negociações para aprovação, no Senado, da emenda da Previdência Social. Com um detalhe: quer a sua aprovação com base nos termos iniciais da proposta do governo, e não da emenda que saiu da Câmara. Já a reforma administrativa dará impulso substancial ao ajuste de despesa dos estados e municípios.

Kandir e Malan falaram durante

seminário promovido pela Câmara de Comércio Brasileiro-Americana, para uma plateia de cerca de 300 empresários. Ambos desfiaram uma lista de melhorias no ambiente econômico pós-Plano Real, mas Kandir deixou claro que "os desafios a enfrentar para consolidar a estabilização ainda são muito grandes e o fundamental refere-se à solução definitiva do problema fiscal". Para isso, a agenda inclui as medidas de legislação ordinária para viabilizar um défi-

cit bem menor no ano que vem, a aprovação das emendas constitucionais até o fim do primeiro semestre de 1997 e o "aprofundamento" do programa de privatização. Kandir acha que as condições políticas, a despeito das dificuldades de se formar uma maioria sólida no Congresso, "já estão maduras" para o governo vencer a batalha das reformas constitucionais. As resistências políticas estariam sendo vencidas diante do ciclo de boas notícias que vive o país hoje:

a inflação convergindo para um dígito ao mesmo tempo que a economia retoma sua trajetória de crescimento.

O vetor — O programa de privatização será o grande vetor, no ano que vem, para estimular a retomada do crescimento econômico ao mesmo tempo em que ajuda na redução do déficit público. Os até R\$ 10 bilhões de receita da privatização, cerca de 1% do Produto Interno Bruto, serão usados no abatimento da dívida interna. Kandir disse que ainda não

está certa a formação de um fundo de investimento em obras em infra-estrutura com parte dessas receitas. Mas fez um cálculo: com juros de 15% ao ano, a dedução da dívida de R\$ 1 bilhão representaria uma economia anual de cerca de R\$ 150 milhões em pagamento de juros. Apenas uma parte dessa economia é que iria para o fundo.

Durante a palestra aos empresários, reunidos no Hotel Shoreham OMNI, o ministro da Fazenda condenou o que chamou de "transposição indevida" para o Brasil do debate que ocorre, hoje, nos países industrializados, sobre aceitar um pouco mais de inflação em troca de mais crescimento, para atenuar o problema do desemprego. Na ânsia de enfatizar que o real, no Brasil, não criou e não criará recessão e de rebater os discursos contrários usados nos palanques, Malan disse que "essa história de recessão no Brasil é lixo, é bosta".

Mais tarde, durante entrevista coletiva, Malan disse que a expressão *bullshit* não tem correspondência em português e trata-se apenas de uma linguagem coloquial.

Para Malan, não há incompatibilidade entre controle da inflação e crescimento econômico. No caso brasileiro, insistiu o ministro, "tudo vai andar junto". Tanto ele quanto o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, citaram, durante suas palestras, o comportamento dos investimentos estrangeiros no Brasil, que, hoje, representam, em capital produtivo, aumento de 150% sobre o que entrou no ano passado.

Malan mostrava ainda as previsões de dez bancos nacionais para 1997: inflação média de 8%, juros médios de 21% no primeiro semestre e 19% no segundo, taxa de câmbio variando 6% na média no primeiro semestre e 5% no segundo, PIB de 4% e o déficit da balança comercial de US\$ 3,79 bilhões.

Mais sobre o encontro em Washington na página 18